

QUE DEMOCRACIA?

UMA PRESPECTIVA DO ESTUDO COMPARADO DOS MODELOS DA DEMOCRACIA, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSIÇÃO POLÍTICA IMPLEMENTADA NOS PAÍSES NA AMERICA LATINA E ÁFRICA.

RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO

Doutorando em Ciência Política

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DE SUL (UFRGS)

Departamento de Pós Graduação em Ciência Política

ricarvalhojunior@yahoo.com.br

Resumo

A questão central neste trabalho, não é insistir em um princípio teleológico segundo o qual um país teria que caminhar, inexoravelmente, de uma forma linear para a democracia, mas tentar perceber por que razão o processo político apresenta atropelos sistemáticos que são certamente múltiplos e difíceis de identificar; o que pode ser considerado como transições sobrepostas e inacabadas. Neste sentido, segundo O'Donnell e Schmitter (1988), nota-se que a ciência política desempenha um papel importante no desenvolvimento das novas democracias saídas do processo de transição e democratização, tanto no que diz respeito a subsídios para reformas institucionais, como também para medir seu alcance e seus limites. Dessa forma, é importante ter uma visão ampla dos estudos sobre democracia e democratização, tendo em conta a pluralidade de valores que eles podem conter.

Palavra Chave: Democracia, transição, democratização.

Introdução

Nesse trabalho vamos debater especificamente a forma que a democracia foi implementado e o seu comportamento (principalmente os da América Latina África e Leste Europeu), como alguns estudiosos de política comparada colocam, mas tentar perceber por que razão o processo político apresenta atropelos sistemáticos que são certamente múltiplos e difíceis de identificar; o que ao nosso ver pode ser considerado como transições sobrepostas e inacabadas onde teremos os principais debates clássicos sobre o conceito da democracia e a forma como isso têm sido instrumentalizados nos países em desenvolvimento (os da África e América Latina).

O'Donnell e Schmitter (1988), afirma-se que a ciência política desempenha um papel importante no desenvolvimento das novas democracias saídas do processo de transição e democratização, tanto no que diz respeito a subsídios para reformas institucionais, como também para medir seu alcance e seus limites. Ainda assim,

Huntington (1994, p. 16), “[...] coloca que isso se constitui um novo significado à luz de uma forma de organização política inédita e distinta da experiência grega, que passa a designar um sistema de regras utilizadas para escolher líderes dirigentes, “procedimentos para a constituição do governo”. Nova tradição teórica, a “transitologia” surgiu na década de 1980, concentrando-se no estudo dos regimes democráticos eleitorais que foram implantados em alguns países que se democratizaram a partir da segunda metade daquela década, como os países latino-americanos e do Leste Europeu, e início dos anos 1990, como os da África. O que acabou sendo denominado por Huntington (1994) de terceira onda de democratização.

A África, que estava no seu processo de descolonização e independência, no início da década de 1970 e 80 também foi democratizada. Mas, a descolonização e independência na África não trouxeram ainda um avanço tão significativo como se esperava o que recentemente aconteceu com Norte da África que é denominado por cientistas de (primavera Árabe) que até então não vinha mostrando perversidade com os demais modelos mundiais o que será trabalhado também com ênfase muito forte. Analisando a questão da institucionalização de democracias novas ou democratização, tornou-se necessário medir o grau de legitimidade do novo regime, em que os países recém-saídos de experiências não democráticas, enfrentam o desafio de instalar novas instituições e regras para o jogo político.

1 Perspectiva Teórica da Democracia, Democratização e Transição

Discutimos nesse tópico os principais debates clássicos sobre o conceito da democracia e a forma como isso tem sido instrumentalizado nos países em desenvolvimento que se democratizaram nos finais do século passado, ou seja, nos anos 1990, e sua relação com a transição, enfocada principalmente pelos seus autores.

Esta discussão tem por base estudiosos brasileiros e internacionais, como, por exemplo, Leonardo Barreto (2006), do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, que estudou esses debates em sua dissertação de mestrado, mas enfocamos principalmente os trabalhos dos autores clássicos sobre essa temática.

Neste sentido, segundo O’Donnell e Schmitter (1988), nota-se que a ciência política desempenha um papel importante no desenvolvimento das novas democracias saídas do processo de transição e democratização, tanto no que diz respeito a subsídios para reformas institucionais, como também para medir seu alcance e seus limites. A identificação do conjunto de variáveis mais relevantes presentes nos estudos sobre a transição, democratização e democracia pode ajudar a qualificar as orientações teóricas subjacentes nas pesquisas sobre a consolidação da democracia ou não na América Latina, mas principalmente os da África. Dessa forma, é importante ter uma visão ampla dos estudos sobre democratização tendo em conta a pluralidade de valores que eles podem conter.

1.1 Debate conceitual da democracia

Nessa sessão, debateremos a democracia no seu sentido clássico; termo que se aproxima do significado etimológico: governo do povo (demos = povo; cracia = poder, governo), cuja ideia geral, conforme Barreto (2006 p. 30-31):

[...] sugere que o poder político é exercido por todos ou pela maioria, que reúne condição de cidadania. Privilegia-se, no entanto, a participação direta no processo de decisões políticas e os cidadãos dividem-se, simultaneamente, nas condições de soberano e súdito. Nesse caso, ressalta-se que o evento histórico, que originou o termo, se refere à forma de governo adotada pelos atenienses, no século 500 a.C., e perdurou por 200 anos, até serem dominados pelo império macedônico.

Nesse caso, podemos insistir na afirmação de Barreto (2006) em seu conceito teórico, na qual ele ressalta a definição da democracia, que deveria ser entendida, segundo a sua concepção, como a interligação da livre operação do sistema político com o sistema de normas, valores, crenças e tradições culturais que predominam no interior desse sistema. Assim, podemos entender essa concepção como sendo o chamado limite das teorias da transição para a democracia.

Na base desse entendimento, a ocupação de sistemas-chave em um sistema político democrático por atores políticos de convicção não democrática ou semidemocrática pode implicar constrangimentos para o exercício da democracia.

Além disso, a relação entre ciência política e democracia está marcada por um distanciamento do seu sentido clássico, qual seja o governo do povo. De acordo com Huntington (1994, p. 16), “[...] isso se constitui um novo significado à luz de uma forma

Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

de organização política inédita e distinta da experiência grega, que passa a designar um sistema de regras utilizadas para escolher líderes dirigentes, “procedimentos para a constituição do governo”.

Para Dahl (2001, p. 25), “[...] democracia é uma denominação que os gregos encontraram para definir sua forma de cunho popular e outros nomes poderiam classificar outras formas de governo baseadas, de alguma maneira, no povo”. Exemplo disso é que os romanos escolheram o termo república. Assim, “a democracia poderia ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem as condições adequadas”.

Posteriormente, Dahl (2005) desiste de empregar o termo democracia. Segundo ele, esta denominação deveria ser utilizada para indicar um sistema político que, como uma de suas características, tivesse a qualidade de ser total ou quase totalmente responsivo a todos os cidadãos; entendendo, portanto, que melhor seria utilizar o termo poliarquia para qualificar os regimes existentes.

Além do argumento de Dahl, pode-se dizer que, em outras definições adequadas como tal nos níveis científicos, a poliarquia deveria derivar da observação da realidade, mas essa realidade de democracia escolhida por Dahl trata da experiência e do sistema político americano. Nessa linha de raciocínio, Miguel (2002) afirma que a opção que nos leva a chamar de democracia os regimes políticos ocidentais contém um forte traço no pensamento elitista e não está isenta de valores e crenças sem qualquer comprovação empírica.

Todas essas explicações a respeito da democracia no pensamento dos elitistas têm a mesma significância. Na concepção de Norberto Bobbio (2004), a tese elitista é a primeira teoria científica da política.

Em relação a isso, consoante Barreto (2006, p. 14), “Mosca, Pareto e Michels generalizaram proposições obtidas com a observação da história política das sociedades e do estudo de caso de um partido político”. Neste sentido, nota-se que a divergência de opinião manifestada por Miguel pode ser considerada como indício da presença de valores no arcabouço teórico que sustenta a democracia empírica. No entanto, de acordo com Barreto (2006, p. 14-15), Mosca, Pareto e Michels estabeleceram pressupostos essenciais à pesquisa política posterior:

(1) a principal característica das relações políticas travadas na sociedade é a desigualdade; (2) toda e qualquer sociedade foi, é e será sempre dividida em duas classes, quais sejam, uma minoria organizada e dominante, e outra maioria, desorganizada e dominada; (3) a força da minoria encontra-se na sua organização, incrementada pela interação de interesses comuns entre seus membros; (4) a pesquisa política deve ser dirigida para o estudo da classe política, núcleo de todas as decisões públicas; (5) os regimes políticos diferenciam-se de acordo com o perfil e modo de organização de suas elites dirigentes; (6) qualquer tentativa de organização de massa para o exercício do poder político tende a se burocratizar e fracassar, na medida em que produzirão apenas novas oligarquias; (7) todas as formas do governo reduzem-se ao domínio de oligarquias.

Por outro lado, Schumpeter (1961, p. 320) também sustenta um argumento consistente para justificar o seu modelo de democracia a partir da crítica ao ideal de “soberania popular” que foi preconizado pela tradição clássica de democracia.

De fato, Barreto (2006, p. 16) afirma que, para Schumpeter, “a doutrina clássica entende a democracia como um método para chegar a decisões políticas que atendam a um bem comum estabelecido pela vontade do povo”. A primeira parte do seu argumento afirma que é impossível que indivíduos diferentes, sujeitos a distintos estímulos e interesses, possam chegar a um consenso acerca de um objetivo comum. Se isso ocorresse, estes indivíduos discordariam sobre os meios necessários para atingir a meta acordada.

Assim, nessa linha de raciocínio, Schumpeter (1961) criou uma nova concepção de democracia: o método democrático; entendido como um sistema institucional para tomada de decisões políticas, sendo a eleição a principal instituição política desse modelo democrático, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir competindo pelos votos do eleitor. Por meio de eleições, “[...] os eleitores constituem o governo e distribuem os recursos de poder entre os grupos em disputa”. Assim, “[...] qualquer forma de obtenção de poder que não seja pela via eleitoral deve ser descartada” (BARRETO, 2006, p. 16).

Observando a sociedade naquele momento, bem como o novo contexto político de então, Schumpeter (1961) assevera que: a principal função do povo é eleger e formar um governo. Por meio de eleições, os indivíduos decidem se aceitam ou não o domínio de uma liderança ou grupo político, embora, em alguns casos, a eleição do chefe do governo não dependa da vontade autônoma do povo, o qual, no seu entender, é incapaz de formulá-la, e sim da habilidade das lideranças em persuadir e manipular o apoio dos eleitores ao seu favor.

“A aceitação pode ser renovada ou retirada apenas nas próximas eleições”, mas, como “o povo não possui racionalidade suficiente para constituir uma vontade coletiva autônoma, sua mobilização para a deposição do grupo ou líder hegemônico poderá estar refletindo a influência de outro grupo ou liderança insatisfeita” (BARRETO, 2006, p. 17).

Essa concepção schumpeteriana da democracia é considerada por alguns autores - entre eles, Cordeiro (2008) e Barreto (2006) - minimalista e procedimental, porque, de acordo com Barreto (2006), reduz a relação entre o povo e o governo à relação de eleição, a qual tem como função premiar as elites e lideranças políticas que adotam políticas e que tomam decisões públicas com grande grau de autonomia. No entender de Barreto (2006, p. 17):

A democracia fica restringida aos procedimentos que regulam a disputa entre grupos políticos pelo poder. Para estabelecer o ambiente de competitividade é necessário preservar algumas liberdades, como o direito formal/legal de poder candidatar-se e a liberdade de expressão. A participação fica restrita ao ato de votar, em aceitar ou não qualquer dos grupos que pretendem exercer sua dominação. “Se a democracia está restrita às regras que regulam a disputa eleitoral entre grupos políticos, suas principais instituições só podem estar relacionadas aos mecanismos de funcionamento desse sistema”. No entanto, a ciência política predominantemente aceita a herança deixada por Schumpeter (BARRETO, 2006, p. 17)

A busca de poder pelo político, na concepção do autor supracitado (2006, p. 28), resume-se à motivação dos atores políticos. “Tanto as críticas realizadas pela oposição quanto quaisquer políticas públicas adotadas pelo governo têm o propósito final de facilitar o acesso ou a manutenção de certo grupo no poder”.

No entanto, nota-se que este argumento é semelhante ao utilizado por Schumpeter (1961) para afirmar que a política não possui nenhum objetivo normativo, tal como o bem-estar da população e o desenvolvimento dos indivíduos. Qualquer significado assumido pela ação política é acidental, resulta da disputa pelo poder - seu objetivo maior.

Assim sendo, com base nisso, Przeworski (1994) afirma que a democracia é um sistema político fundado no princípio da incerteza, haja vista que os interesses temporariamente são alocados e que podem ser modificados pelos resultados das próximas eleições, pela dinâmica da disputa política entre elites.

Com base nisso, Barreto (2006, p. 28) afirma que “Os atores envolvidos legitimam o sistema democrático quando aceitam essa regra e percebem que os custos de uma ação extra-eleitoral para obtenção do poder são maiores do que sua manutenção dentro dos regimes institucionais normais”.

Neste bojo, a ciência política possui um leque variado de tipos de ideias da democracia procedimental - com variações em torno da tese schumpeteriana - as quais a maioria dos modelos de democracia contemporânea utilizam “dando mais ênfase a outro aspecto em que cada teórico define os requisitos necessários para uma democracia” (BARRETO, 2006, p. 26).

Lipjhart (2003), afirma que quase todos os cientistas políticos que tratam deste tema, adotam estes preceitos com algumas variações. O'Donnell (2004) também aponta alguns pressupostos para a discussão a respeito da democracia liberal e propõe novas bases para os estudos da democratização, ressaltando que a democracia é um regime político que concebe o cidadão como um agente independente. Nas palavras de Barreto (2006, p. 54), o cidadão é “capaz de exercer o autogoverno e realizar escolhas responsáveis, mesmo que restrita ao âmbito eleitoral”.

1.2 Os regimes pós-colonização nos países de terceiro mundo

Nova tradição teórica, a “transitologia” surgiu na década de 1980, concentrando-se no estudo dos regimes democráticos eleitorais que foram implantados em alguns países que se democratizaram a partir da segunda metade daquela década, como os países Latino-Americanos e do Leste Europeu, e início dos anos 1990, como os da África, por exemplo. O que acabou sendo denominado por Huntington (1994) de terceira onda de democratização.

O autor, na sua denominação considera que a história do desenvolvimento democrático mundial pode ser dividida em ondas e ondas reversas. Entendendo como onda “[...] um grupo de transições de regimes não-democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que, significativamente, são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período”, e como ondas reversas o retorno à não democracia, pois para Huntington (1994, p. 23), ainda existem alguns critérios para que estas ondas ocorram.

[...] a primeira onda ocorreu entre 1828 e 1926. Os critérios adotados para classificar qualquer país como democrático é a extensão do direito de voto em pelo menos 50% da população masculina e um governo escolhido em eleições periódicas. [...] A primeira onda reversa iniciou-se em 1922, com a ascensão de Mussolini na Itália, e durou até a Segunda Guerra. [...] A segunda onda reversa aconteceu entre 1958 e 1975 e “varreu” os países da América Latina [...] dentre outros. Segundo dados fornecidos por Huntington, em 1975, 38 países da América Latina possuíam governos originados de golpes de Estado. Finalmente, em 1974, iniciou-se a terceira onda. Seu marco inicial é a “revolução dos cravos”, ocorrida em Portugal, e abrange as transições políticas em todos os países latino-americanos, na Ásia, na Espanha e na Grécia, e sagra-se com a extinção do bloco soviético e o avanço da democracia rumo ao leste europeu (BARRETO, 2006, p. 58-59).

A África, que estava no seu processo de descolonização e independência, no início da década de 1970 e 80 também foi democratizada. Mas, a descolonização e independência na África não trouxeram ainda um avanço tão significativo como se esperava.

As independências mostraram as fragilidades dos novos países, como as fronteiras herdadas do período colonial, o número suficiente dos quadros qualificados para ocupar postos na economia e na administração dos Estados Independentes. A situação neocolonial imposta pelas ex-metrópoles. O neocolonialismo caracteriza-se pela relação de dependência e pela manutenção da exploração dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos, numa relação de troca desigual. Constitui a condição a que a maioria das ex-colônias submeteu-se por tratados de acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou com os EUA, referentes à cultura, à economia e os acordos militares. Aos países africanos estavam destinadas as atividades econômicas do período colonial. Em 1990, dois terços dos 450 milhões de africanos continuavam a viver na terra, num quadro que mescla produção para subsistência e super-exploração capitalista.

Neste sentido, Silva (2005) nota que diante das condições acima citadas, depois da independência, a saída dos quadros da ex-colônia provocou um grande vácuo no poder político dentro do continente africano e, por outro lado, a disputa pela ocupação entre os diferentes grupos etno-linguísticos locais e grupos econômicos de interesses específicos. O primeiro grande teste para isso foi a própria instabilidade política que assolou o continente. Também a implantação colonialista europeia na África não conseguiu anular completamente a realidade africana preexistente.

1.3 Democratização, transição e consolidação: um processo não linear

A democracia se tornou o grande fenômeno político dos anos 1980, na América Latina e no Leste Europeu, o que somente ocorreu na África no início dos anos 1990. Em todas essas regiões, a democratização consagrou as assim chamadas teorias da transição para a democracia, com abordagem mais bem-sucedida acerca do problema.

Para continuar a evidenciar tais problemas, colocamos que essas teorias partem da suposição de que o autoritarismo se constitui um processo temporariamente localizado de ruptura com a ordem democrática. A partir desse ponto, certos atores adquiririam a capacidade de vetar resultados no interior do sistema político. Em contraste com o autoritarismo, a democratização consistiria na tabulação de um processo que reconstituiria as condições para a negociação e favorecia a retirada dos atores autoritários da cena política.

Nas palavras de Leonardo Avritzer (2005, p. 17) “As teorias da transição para a democracia constituem, ao mesmo tempo, uma tentativa de universalizar o conceito de democracia e de particularizar os episódios que conduzem ao autoritarismo”. Avritzer (2005, p. 17) ainda afirma que:

[...] as condições que tornam a democracia possível persistem mesmo quando o autoritarismo está em vigor. O problema da democracia se reduz, mesmo nessas condições, a recriar um ambiente favorável a uma negociação que permita a retirada dos atores autoritários da cena política. Desse modo, o primeiro pressuposto das teorias da transição é que a democracia não é uma situação, e sim um processo que pode ser temporalmente longo. Atores políticos autoritários não abandonam rapidamente suas restrições ao livre funcionamento das instituições políticas. Pelo contrário, a democracia é em geral alcançada através de um processo longo de negociação, no qual são criadas garantias institucionais recíprocas entre governo e oposição. É precisamente o intervalo de tempo entre o enfraquecimento de um regime autoritário e a restauração da democracia que se tornou conhecido como transição.

Para Avritzer ([1995?], s./p.), “[...] essas teorias têm a necessidade de definir a democracia”. Mas, ao nosso ver, essas concepções teóricas sobre a forma que a democracia deve caminhar em alguns países ou deve ser modelos, pode ser que sim, uma vez que esses mesmos países já passaram por vários atropelos políticos no seu passado político e que depois adquiriram uma outra postura diante dos problemas que são inerentes a eles. No entanto, corroboramos a afirmação de Avritzer ([1995?], s./p.), com base em O’Donnell e Schmitter, de que “A concepção de democracia, que se tornou hegemônica entre os teóricos da transição, baseia-se na idéia de incerteza

derivada da teoria dos jogos. Mesmo admitindo que a democracia deve implicar a extensão da cidadania, a inclusão política e a extensão da agenda social”.

Não é difícil perceber o que explicaria a democratização: a possibilidade de que atores capazes de vetar resultados políticos deixem de fazê-lo. As teorias da transição operam a partir dos mesmos pressupostos das filosofias morais do século XVIII, segundo as quais a razão e a liberdade reassumem seu curso normal, se ninguém bloqueá-las.

[...]

É possível perceber os elementos principais da concepção de democracia defendida pelas teorias da transição. Trata-se de uma concepção não-normativa da democracia, de acordo com a qual os mecanismos de autorização e legitimação do poder poderia se constituir simplesmente em virtude da retirada do poder de veto sobre as instituições políticas.

[...]

As instituições políticas, por sua vez, também readquiriram automaticamente a capacidade de processar conflitos, capacidade esta que seria inerente à sua própria existência. [...] As teorias da transição supõem uma continuidade nessas relações, deixando de analisar o papel de movimentos sociais democratizadores na limitação de formas estratégicas de ação no interior do sistema social (AVRITZER, [1995?], s./p.).

Outra teoria que estuda o processo de transição para a democracia é a transitologia. Por conta de numerosos processos de transição à democracia verificados nas últimas décadas, surgiu uma extensa literatura especializada neste tema, representando uma forte inflexão nas abordagens que analisam a mudança de regimes políticos (O'DONNELL, 2004).

Conforme Barreto (2006, p. 60), citando Vitullo, “Considerava-se, inicialmente, que a transição democrática iniciava com a liberalização do antigo regime e terminava com a formação de um governo eleito e a regularização das novas instituições de poder”.

Os processos de liberalização empreendidos pelas forças ligadas ao estabelecimento autoritário são sempre concebidos como abertura controlada do espaço político. A liberalização, consoante Guilherme O'Donnell (2004), costuma decorrer de divergências no bloco autoritário, cujos indícios prenunciam uma crise eminente de diversas naturezas, inclusive sinal de inquietação. À luz deste projeto, espera-se que a liberalização fique permanentemente na dependência de uma compatibilidade entre os seus resultados e os interesses ou valores do bloco autoritário.

Para Adam Przeworski (1994, p. 30), a “liberalização significa ‘abertura’, ‘distensão’, ‘renovação’ ou ‘reconstrução’”. Contudo, a liberalização é intrinsecamente instável, e geralmente acontece em detrimento da sociedade civil que inunda os diques do regime autoritário.

A incidência das ondas reversas e a fragilidade dos novos regimes ampliaram o período de transição democrática até um estágio onde a nova forma de governo possa atender a uma série de requisitos e ser considerada consolidada. Entre esses meios, existe uma série de fatores como o estabelecimento de mecanismos de controle dos militares e a promulgação de um marco legal aprovado majoritariamente. Thomas Carothers (2002) aponta algumas características ou formas do paradigma da transitologia nos dois últimos séculos.

Para Carothers (2002) e Huntington (1994), qualquer país saído de um regime ditatorial encontra-se num processo de transição democrática. Mas Carothers (2002, p. 9) ainda sustenta que “a utilização desse critério permite reunir um universo absolutamente heterogêneo, composto de aproximadamente 100 países”, que nem sempre vão pelos mesmos caminhos, dentre os quais destacou: 20 países da América Latina, 25 do Leste Europeu e ex-União das Repúblicas Soviéticas Soviéticas (URSS), 30 da África Sub-Saariana, 10 da Ásia e 5 do Oriente Médio. Deste total que acabamos de enumerar, segundo Carothers, apenas 20% alcançaram algum grau de sucesso, completando seus processos de transição; dentre eles, dois são da África lusófona (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Os outros restantes ou voltaram a regimes autoritários ou permaneceram no que ele chama de “zona cinzenta”.

Dentre esses países, a Guiné-Bissau (meu país), no seu processo histórico e político, pode ser incluída, motivada por uma grande variedade de fatores, como guerra civil, incapacidade de regularizar as novas instituições do governo, eleições fraudulentas, forte influência dos militares no novo governo, como acontece na maioria dos países africanos.

A outra característica segundo a classificação dos autores da chamada transitologia, na concepção de Barreto (2006, p. 61-62), é a possibilidade de a transição ser dividida em estágios, que podem ser cumpridos gradualmente:

O primeiro estágio, denominado abertura, abrange os sinais originários da liberalização e torna mais clara a fronteira que divide os partidários do velho

e do novo regime. O segundo estágio refere-se ao colapso do antigo regime e ao surgimento de um novo regime democrático e se estende até a promulgação de uma nova constituição política. O terceiro chama-se consolidação e designa a interiorização das regras democráticas, o fortalecimento da sociedade civil, a regularização das eleições e a reforma da estrutura estatal.

A terceira característica refere-se à crença na importância determinante das eleições. Os transitólogos acreditam que os procedimentos eleitorais não são apenas a pedra fundamental do novo regime, mas o mecanismo principal de reforma das instituições políticas. A competição eleitoral incentiva a direção e a disposição para o redesenho do Estado, assim como para a prestação de conta e a transferência das práticas de governo.

A quarta refere-se ao fato de que as características “estruturais” específicas de cada país não são consideradas como fatores determinantes quanto às possibilidades de sucesso ou de fracasso do processo de transição democrática. O sucesso ou não do novo regime depende do papel desempenhado pelas elites políticas. A condução da democratização está restrita a um conjunto de atores

políticos que, em última instância, são os responsáveis pela decisão em adotar instituições democráticas. Como quinta característica, a transitologia considera que o novo governo é constituído sobre estruturas estatais que já estavam em funcionamento. O desafio imposto pelo novo regime é a reforma das instituições pré-existentes. Dessa forma, é natural que as duas literaturas, transitologia e reforma do Estado, tenham alguma proximidade, inclusive com alguns autores comuns.

A transição democrática chega à consolidação quando há acordo suficiente entre os principais atores políticos quanto aos procedimentos necessários para se obter um governo eleito. Porém (BARRETO, 2006, p. 63-64):

Da mesma forma, a democracia encontra-se consolidada quando o jogo democrático torna-se o único jogo possível para as elites que disputam o controle do Estado. “Em termos comportamentais, a democracia começa a ser o único jogo disponível na sociedade quando nenhum grupo político de peso faz tentativas sérias de derrubar o regime” (Linz, Stepan, 1999: p. 23).

De maneira mais geral, a sociedade não é considerada um ator político relevante. Sua participação no processo de democratização normalmente está delimitada pelo conceito de sociedade civil adotada pelos atores transitólogos [...]. Segundo Linz e Stepan, (1999), a sociedade civil é uma comunidade política autônoma, não estatal, composta por associações, movimentos sociais, entidades de classe, organizações não-governamentais e grupos de interesses auto-organizados. Sua importância para a consolidação democrática reside na sua capacidade de exercer algum controle sobre as lideranças.

Essa nova geração de pesquisas, segundo o autor supracitado, influenciada pelas obras de O'Donnell e Schmitter, tem forte afinidade com a teoria da escolha racional e com o individualismo metodológico e centrou-se no estudo dos atores políticos - individual ou coletivo -, ou seja, em seus interesses, suas escolhas, suas estratégias e seus recursos.

Em um dos seus artigos, “Illusions about consolidation”, O'Donnell (1999) identifica outra anomalia Latino-Americana, que pode ser contextualizada para a realidade africana: a coexistência de instituições formais de democracia poliárquica com práticas informais particularistas de atores políticos.

Conforme Barreto (2006, p. 70-71), “O autor reconhece que a competição eleitoral não foi suficiente para impor um controle eficiente sobre os atores políticos e sugere a adoção de um sistema de accountability horizontal, por meio de inauguração de órgãos autônomos de controle”. Entretanto, “[...], O'Donnell reconhece que a transitologia não oferece ferramentas teóricas para explicar esse fenômeno”, mas que continua sendo importante a instituição de um regime político fundado na realização de eleições limpas e na extensão dos direitos necessários aos seus funcionamentos. Barreto afirma ainda que, em virtude de sua concepção individualista da ação política, as teorias da transição entendem que a democracia é um mecanismo de coordenação de ações políticas conflitantes.

Analisando a questão da institucionalização de democracias novas ou democratização, tornou-se necessário medir o grau de legitimidade do novo regime, em que os países recém- -saídos de experiências não democráticas, enfrentam o desafio de instalar novas instituições e regras para o jogo político.

Essas instituições políticas inauguradas pela democratização têm mais chances de funcionar caso possam contar com o apoio da população ou da sociedade como um todo. A democratização consiste, portanto, na combinação entre a livre operação do sistema político e a compreensão do significado atribuído pelos atores políticos à democracia (HURRELL, 1993). Essas produções, por sua vez, mostraram análises muito fortes dos casos analisados e o peso das conjunturas fluídas das transições, privilegiando fatores endógenos nos estudos desses processos, o que se constitui outra diferença importante em relação às perspectivas macro- orientadas, que valorizam fatores externos, como a política exterior das grandes potências e a relação centro-periferia.

Ainda conforme Hurrell (1993), os analistas políticos, ao superestimarem a ação e a escolha dos atores na instauração dos novos regimes democráticos, orientam frequentemente o seu trabalho de maneira normativa, procurando influenciar o processo

de transição no sentido de facilitar a democratização. Muitos desses intelectuais tornaram-se também atores políticos, como no caso brasileiro.

Por último, entendemos que as teorias da transição nos permitem lançar fundamentos de uma análise diferente da democratização. Como podemos ver nas considerações de Avritzer (2005, p. 3), que colocou a democratização como elemento para tal análise e que a mesma não se dá em um “vácuo, ela ocorre em países que possuem uma cultura política que levou à ruptura com a democracia”:

A introdução de práticas democráticas conduz, na melhor das hipóteses, à disputa entre duas diferentes culturas políticas. A análise da democracia deve levar em conta a cultura política anterior ao estabelecimento da democracia, bem como os locais do aparelho de Estado e do sistema político que favorecem a continuidade de práticas não-democráticas. O relacionamento entre diferentes atores políticos e as instituições democráticas deve ser visto por essa óptica. Desse modo, entendemos que o problema da democracia não se reduz somente à questão do funcionamento adequado das instituições políticas, mas se liga também às práticas do aparelho de Estado e a suas relações com os atores sociais (AVRITZER, 2005, p. 3).

1. 4 Análise conceitual do modelo teórico do paradigma da transição

Como pressupostos teóricos para nossa discussão, retornamos aqui à análise anterior de Thomas Carothers (2002)¹ sobre o paradigma de transição, buscando tomar empresta toda a sustentação teórica que vai de contramão com alguns autores que desenham o modelo de transição a ser seguido pelos países que mudaram de regimes nos dois últimos séculos da nossa era. O estudo encabeçado por Carothers sobre a promoção da democracia nova tinha uma necessidade preeminente de um quadro analítico para conceituar e responder aos eventos políticos que estavam acontecendo no mundo moderno. Assim, toda nossa discussão nesse item é realizada à luz da obra de Thomas Carothers sobre o fim do paradigma de transição, a partir do qual podemos perceber as rupturas que alguns países da América Latina e África tem passado.

No final do século XX, as tendências mundiais, em diferentes regiões, convergiam para mudar o panorama do mundo político para uma nova cultura - democracia -, que Carothers nomeia como sendo sete momentos em diferentes partes ou regiões a partir das quais podemos descrevê-las:

¹ Thomas Carothers é vice-presidente para estudos da Carnegie Endowment for International Peace, em Washington D. C. Ele é autor de muitos trabalhos em promoção de democracia, inclusive ajudando a democracia no exterior; escreveu livros importantes sobre a democracia.

1) Queda da extrema direita - regimes autoritários na Europa do Sul em meados dos anos 70; 2) as substituições das ditaduras militares por civis eleitos nos governos da América Latina a partir da década de 1970 e em 1980; 3) o declínio do regime autoritário em algumas partes do Leste e do Sul da Ásia a partir dos meados da década de 1980; 4) o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental no final da década de 1980; 5) a dissolução da União Soviética e a criação de 15 Repúblicas Pós-Soviéticas em 1991; 6) o declínio do Regime dos Partidos Únicos, em muitas partes da África subsaariana na primeira metade da década de 1990; e 7) a tendência de liberalização, mas reconhecível e fraco em alguns países do Médio Oriente na década de 1990 (CAROTHERS, 2002, p. 1).

No entanto, esses diferentes tipos de momentos se originaram nos países alinhados a esses regimes anteriormente autoritários e que se encaminharam em direção a novos movimentos que não eram mais ditatoriais. A diferença está nas causas e ritmos que cada uma dessas regiões tomaram para desenhar a sua própria configuração do novo sistema. Pelo menos, esses países vão tentando caminhar em direção a um estado mais liberal e mais democrático em termos de regimes, o que Huntington (1994) considerou - como mencionado anteriormente - como a terceira onda.

Relacionado a isso, o trabalho sobre a transitologia de O'Donnell e Schmitter (1988) tinha como pressuposto a discussão similar para analisar os parâmetros da transição, principalmente nos países em desenvolvimento. A parte inicial da terceira onda da democratização começou no Leste Europeu, América Latina e algumas partes da Ásia, ocorrendo o mesmo com países da Europa Oriental, URSS e, depois, da África subsaariana.

Nessa lógica, Carothers (2002) sustenta que o paradigma da transição tenha sido algo útil durante certo período de tempo. Mas é cada vez mais claro que a realidade já não é mais a mesma proposta pelo modelo. Então, partindo desse pressuposto, podemos sustentar que esse modelo já sobreviveu a sua utilidade enquanto tal. Agora, o que deve ser feito em direção ao novo contexto é procurar melhorá-lo, seguir em frente e tentar novas reconfigurações do sistema político internacional.

No entanto, analisando a partir desse pressuposto teórico como alguns autores analisam o pressuposto da transição entre eles, o próprio Carothers, como também anteriormente mencionado, foi um autor que teceu muitas considerações a respeito do paradigma e sua trajetória nos países do terceiro mundo ou em desenvolvimento e sobre as experiências desenvolvidas até agora. Podemos contrapô-lo à teoria da terceira onda

desenvolvida por Huntington (1994), embora muitas vezes rejeitada como prematura a avaliação de tal pressuposto.

A democracia não se constrói em um dia. Ativistas afirmam que na democracia do momento atual é muito cedo para se chegar à conclusão sobre os resultados de dezenas de transições democráticas e formar como a democracias foi implementada nos países Africanos e os da América Latina no final do século XX e início de século XXI. Embora seja verdadeiro o avanço da democracia atual dos países que se lançaram para a transição nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, pelo que se percebe a situação em muitos casos ainda não está muito diferente das antigas situações. Nas duas últimas décadas, os autores vêm se concentrando para explicar como esses países vêm se encaixando dentro do novo modelo para segurar sua consolidação. Como explica Carothers (2002, p. 2, tradução nossa):

Dos cerca de 100 países considerados como “de transição” nos últimos anos, apenas um número relativamente pequeno, provavelmente menos de 20 são claramente o caminho de se tornar bem sucedida a democracia, ou pelo menos ter feito alguns progressos democráticos e ainda desfrutar de uma dinâmica positivo de democratização. Os líderes desses grupos são encontradas principalmente na Europa Central e do Báltico, a Polónia, Hungria, República de Checa, Estónia, Eslovênia e, embora haja alguns países da América do Sul e Leste da Ásia, nomeadamente o Chile, Uruguai, e Taiwan. Aqueles que fizeram menos um pouco, mas os progressos parecem ser ainda um avanço incluir a Eslováquia, Romênia, Bulgária, México, Brasil, Gana, Filipinas e Coreia. A grande maioria dos países da terceira onda não tem conseguido relativamente bem o funcionamento da democracia ou não parecem estar se aprofundando no progresso democrático. Em um pequeno número de país, o numero de abertura democrática falhou e regimes autoritários fundida, tal como Uzbequistão, Turcomenistão, Belarus e Togo. A maioria dos países em transição, no entanto, são nem ditatorial e nem claramente dirigidos para a democracia.

Como o próprio autor diz, os países acima citados entraram na zona cinzenta da política. Esses países têm alguns atributos do conceito ou da formalidade da democracia, incluindo pelo menos espaço político limitado para a oposição e partes da sociedade civil independentes, assim como eleições regulares e constituições democráticas.

No entanto, por outro lado, eles sofrem de graves deficiências democráticas, incluindo, muitas vezes, fraca representação de interesse dos cidadãos de baixo nível de participação política. Além do voto e frequente abuso do direito por funcionários dos governos, as eleições são de legitimidade incerta, e muito baixo o nível de confiança

pública nas instituições do estado, o número de países abrangidos, entre ditadura absoluta e estabelecida uma democracia liberal, tem inchado.

Analistas políticos têm oferecido uma gama de termos da democracia qualificada para caracterizá-los; entre eles, podemos destacar a semidemocracia formal, a democracia eleitoral, a democracia de fachada, a pseudodemocracia, a democracia fraca, a democracia parcial, a democracia liberal e a democracia virtual.

Alguns desses termos utilizado por Carothers (2002), entre outros, como democracia de fachada e pseudodemocracia, aplicam-se apenas a um subconjunto específico de vários casos que ele denominou de zona cinzenta nos países em desenvolvimento. Outros termos, tais como democracia fraca e democracia parcial, destinam-se a ter muito mais ampla aplicabilidade no que estamos questionando em nosso trabalho: que democracia? Certamente, um desses termos pode ser pensado no modelo que está sendo aplicado em alguns países da África. Ao descrever os países na zona cinzenta como tipos de democracia, os analistas estão, de fato, tentando problematizar o paradigma da transição para os países cujas evoluções políticas presumidamente estão se caminhando para essa direção.

A maioria das situações qualificadas como democráticas, nesse sentido, enquadram-se nos termos utilizados para caracterizar esses mesmos países como sendo presos em algum lugar na sequência do processo de democratização apontada pelo Huntington (1994), Carothers (2002) e O'Donnell e Schmitter (1988). Para eles, alguns países, nessa lógica, começaram a fase de equilíbrio para uma consolidação da democracia.

A diversidade dos modelos políticos dentro da zona cinzenta é muito grande. Muitas subcategorias possíveis poderiam ser postas para avaliar a natureza política da zona cinzenta. Como uma etapa de análise, em primeiro lugar, Carothers (2002) aponta duas grandes síndromes da zona cinzenta. Elas não são rigidamente demarcadas pelo tipo de sistema político, mas pelos padrões de política que se tornaram regular e um pouco entrincheirados. Apesar de terem algumas características em comum, diferem em aspectos cruciais e, basicamente, são exclusivos, como podemos observar sobre a síndrome do pluralismo irresponsável:

[...] países cujas vidas políticas são marcadas pelo pluralismo irresponsável tendem a ter qualidades significativas de liberdade política, eleições

periódicas e alternância de poder de diferentes grupos políticos. Apesar destes aspectos positivos. No entanto, a democracia continua a ser pouco profundo e com problema de participação política, apesar de espaço e época de eleição, se estende pouco além de voto. As elites políticas de todos os grandes partidos ou agrupamentos são muito percebidos como corrupto interesseiro e ineficaz. A alternância de poder parece um comércio do país. O público está seriamente descontente com a política [...] (CAROTHERS, 2002, p. 4).

Por outro lado, ainda segundo o autor, o pluralismo irresponsável é mais comum na América Latina, uma região onde a maioria dos países entrou na sua tentativa de transições democráticas com diversos partidos políticos já existentes, mas também ainda com um legado de profundo, persistente, fraco desempenho das instituições estatais; entre eles, Nicarágua, Equador, Guatemala, Panamá, Honduras e Bolívia, todos se enquadram nesta categoria, como fez a Venezuela na década anterior à eleição de Hugo Chávez.

Argentina e Brasil pairam desconfortavelmente em sua borda. No mundo pós-comunista, Moldávia, Bósnia, Albânia, Ucrânia tiveram pelo menos alguns sinais significativos da síndrome; Romênia e Bulgária também passam por isso. O Nepal é um exemplo claro na Ásia. Bangladesh, Mongólia e Tailândia também podem ser qualificados nessa ordem. Na África subsaariana, alguns estados como Madagascar, Guiné-Bissau e Serra Leoa podem ser classificados como pluralismo irresponsável, embora a alternância de poder não tenha grande significado.

Tomados em conjunto, a trajetória política da maioria dos países da terceira onda põe uma série de dúvidas sobre o paradigma da transição para democracia. Isto é evidente se revisitarmos os principais pressupostos subjacentes ao paradigma da democracia à luz da análise acima. Primeiro, o pressuposto quase automático dos promotores da democracia durante os anos de auge da terceira onda, no qual qualquer país que se afastasse da ditadura era considerado de transição para a democracia, o que tem sido muitas vezes impreciso e enganoso.

Muitos desses países assumiram um punhado de características, mas mostraram poucos sinais de democratização e, certamente, não é um modelo de democratização previsível.

O uso continuado do paradigma da transição se constitui um hábito de tentar impor, muitas vezes, incorreta ordem conceptual simplistas sobre um quadro empírico de considerável complexidade. Em segundo lugar, não é só o rótulo geral e o conceito

da democracia (transição). Além do mais, esses mesmos países não ajudam na resolução dos conflitos institucionais.

1.5 Democracia na África: algumas considerações

Antes de falar propriamente da democracia no continente africano, vale a pena refletimos um pouco sobre a constituição dos Estados africanos para podermos entender melhor o momento atual do que estamos chamando de democracia. Na verdade, essas questões são anteriores à democratização, desde o jogo dos poderes das potências europeia, em nível regional, e o confronto dos seus interesses dentro do continente no início da ocupação, o que de certa forma perpetuou-se até os nossos dias, assumindo-se do lado africano como um dos pontos principais nos problemas vitais da natureza e evolução política, econômica e social desse continente.

Ainda no final da última década, assistimos uma reconfiguração política e econômica no mundo ocidental, a qual representou uma grande preocupação ou mudança para a região. Com efeito, essas sociedades foram condicionadas por fortes pressões, como dissemos anteriormente, para a abertura democrática e economia do mercado; pressões essas que se tornam alvos de tensões sociais, conflitos e golpes de estado no continente africano.

Essas ideias parecem às vezes um pouco exageradas, mas refletindo a respeito da formação dos estados africanos, talvez isso nos pareça mais a gênese do conceito de nação, conforme afirma Jorge Luis Borges (1995, p. 2): “[...] conceito de nação entendido como elemento integrador e fiderador, potenciando a agregação de interesses de um povo, e não ao conceito de estado, tal como este hoje é normalmente identificado pela civilização ocidental”.

No entanto, dentro do que já foi dito anteriormente, nota-se que a transição política nos países africanos foi, em parte, fruto de pressão ocidental colocada através de vários condicionamentos políticos no início dos anos 1990, com a transformação e a criação de sistemas multipartidários e regimes democráticos que não corresponderam à sua formação inicial, que, na prática, veio de cima, sem uma cultura política e de lógica de semelhanças democráticas no moldes ocidentais.

A questão da democracia² hoje é uma questão absolutamente central e principal no continente africano; pouco pacífica no seu processo em curso através das suas dinâmicas internas que estão na origem do novo clima político no continente. Para entender a democracia e a estabilidade política na África devem ser feitas várias análises para poder perceber a sua complexidade, uma vez que no continente existem várias questões de natureza étnica e conflitos fronteiriços³ em que as instituições tornam-se mais suscetíveis em sua base no processo de democratização implantado de cima para baixo, com baixo grau de institucionalização, sem respeitar os valores culturais vividos por estes povos antigamente.

Quase todos os presidentes dos países africanos são oriundos de regimes militares e de partido único. Após a abertura democrática e a realização das eleições, no início dos anos 1990, a maioria desses presidentes mantiveram-se no poder: o que explica vários golpes, que provam a ineficácia de outras instituições que poderiam mediar o conflito durante o processo, o qual seria vantajoso para reduzir as hipóteses de alternância no governo.

Desde a época da independência na África, há uma tendência de instalação de regimes autoritários mediante golpe de estado, o que significa a repressão da democracia pela via dos regimes militares instalados, que passam a fazer parte do dia a dia dos seus cidadãos, contribuindo para a criação de uma situação social crítica. Sob a fachada da democracia, mantêm-se, ainda, os regimes autoritários.

A outra questão que se coloca a respeito da democracia na África é sobre sua forma e sua organização, que, de certa forma, a sua análise merece uma atenção cautelosa. Mas, como salienta Daniel Santos (2001, p. 102) não deve ser confundido com uma ordem particular e “autônoma”, o estado. Ela é, principalmente, uma forma e um princípio que organiza e articula todos os elementos que compõem a formação social africana, de forma aberta e não secreta, permitindo a participação de todos, totalmente imbuída da preocupação de partilha e de solidariedade, de justiça social.

² Quando falamos da democracia, estamos nos referindo à democracia representativa, que se constitui hoje o modelo de referência para este conceito entre os autores que se debruçam sobre a realidade política africana. Efetivamente, esse conceito, mesmo assim, é demasiado vago para ser verdadeiramente operativo.

³ As fronteiras africanas foram em grande parte herdada, de fato, do colonialismo, porém, a implantação das fronteiras coloniais resultou quer de acordos com chefes políticos tribais que tinham uma região sob o seu domínio, quer da luta colonial contra os povos de diversas regiões que não queriam estabelecer acordos ou que eles impunham.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe contam-se, juntamente com Benin, Maurício e Zâmbia, entre os pioneiros da democracia e transição democrática concretizada com a mudança de governo em 1991, na base de eleições livres. Em 1992, a República de Congo e Angola decidiram entrar pelo caminho da democracia, realizando suas eleições gerais e multipartidárias. Após a independência, em 1960, Camarões começou com o processo de liberalização política em 1990 e teve suas primeiras eleições em 1992. Na África do Sul, com o fim de apartheid, o presidente De Klerk convocou, em 1994, as primeiras eleições multipartidárias para um governo de transição. Em abril de 1994, Mandela foi eleito presidente (SANTOS, D., 2001).

Durante a década de 1990, houve problemas, quando se esperavam progressos reais no que diz respeito à consolidação da democracia e à vida política dessas futuras nações. Na maior parte dos países onde foram organizadas as eleições presidenciais, no início daquela década, foram reeleitos os presidentes oriundos dos regimes militares. Na maior parte desses países, as eleições foram contestadas. Em alguns países, o escrutínio presidencial deu origem a novas crises (guerra civil), caso da Angola. Kofi Annan, ex-Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), confessa a impotência da sua organização na África (MUNANGA, 2006, p. 6). Kabengele Munanga (2006, p. 7), ao proferir palestra diz o seguinte:

Desde 1970, mais de uma trintena de guerras aconteceu, sendo a maioria no interior do próprio Estado. Apenas em 1996 quatorze dos cinquenta e seis países africanos sofreram conflitos armados, o que provocou mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento das pessoas. Ao apresentar o seu relatório ao Conselho de Segurança sobre as causas dos conflitos, a promoção de paz e do desenvolvimento durável, o Secretário Geral da ONU reconheceu as falências de sua organização notadamente por não ter evitado as tragédias na África.

A África entra no terceiro milênio carregando os vestígios dos milênios anteriores (MUNANGA, 2006, p. 8): “o atraso em seu processo de desenvolvimento, estruturas políticas herdadas do colonialismo e que nada têm a ver com suas realidades sociais e culturais, provocando instabilidade política e bloqueando o processo de democratização da vida política no continente como um todo”. Mas também, por maior que tenha sido o peso dos modelos externos legados pela colonização, com efeito, seria errado procurar neles as origens de todos os problemas que atingem o estado pós-colonial.

Os chamados conflitos ou guerras tribais na África de hoje, na linguagem jornalística, ou conflito ou guerras étnicas, na linguagem sócio-antropológica, tem pouco a ver, ou nada a ver, com as diferenças culturais que originavam tais conflitos na época pré-colonial. Segundo Munanga (2006), eles expressam outra coisa: as brigas pelo controle do poder no contexto nacional. São, portanto, verdadeiramente, guerras civis e não guerras étnicas.

As realidades de alguns países africanos são muito controversas; por exemplo, podemos citar o caso de Ruanda e Somália. Por outro lado, esses países nos mostram que essas diferenças existiram e que muitos países africanos têm mais semelhanças do que diferenças culturais. As guerras na África contemporânea são essencialmente civis, entre dois ou mais grupos rivais dentro do mesmo território.

A natureza do sistema de estado herdado da colonização constitui o coração dos conflitos. O estado contemporâneo africano é tido como lugar de enriquecimento e como monopólio da verdade. Na medida em que todas as riquezas essenciais transitam pelo estado (contrabando, contratos, licenças, capacidades de desvio e fraude, narcotráfico etc.), os sucessos sociais supõem então o acesso à burocracia estatal. Os cargos políticos e administrativos constituem, então, as bases dos diferentes escalões de uma nomenclatura de privilégios que, por definição, devem manter afastados outros candidatos nas corridas pelos postos chave. Essa concepção consumista da coisa pública desemboca em violência, seja para manter a situação adquirida, seja para derrubá-las em proveito de outros grupos (MUNANGA, 2006). A rivalidade política toma a forma de confrontação entre grupos políticos rivais sem um projeto viável de nação, a não ser que se posicione politicamente melhor que os outros grupos para gerir a coisa pública no complexo burocrático herdado da colonização.

Segundo Jaurá (2004), na década de 1970, a maioria dos países africanos via no socialismo e na estatização das empresas coloniais, e adoção do aspecto político unipartidário, que na África não significa necessariamente adoção da via socialista, alternativa para o desenvolvimento diferente das estruturas coloniais. A experiência de quase 50 anos de independência mostrou que, na África, o sistema de partido único, por onde existiu, favoreceu mais o etnicismo do que a unidade nacional. As manifestações a favor da democracia que invadiram a África no início dos 1990 [como mostramos

anteriormente], são provas de que o argumento unificador do partido único não podia ser mais sustentado.

A questão da democracia e da construção de um estado-nação no modelo ocidental é uma das mais cruciais da África hoje. Pensava-se, no início dos anos 1960, que a transferência do poder era apenas um problema de Constituição. Estas foram elaboradas nos modelos ocidentais e dadas de presente aos africanos nas vésperas das independências de cada país. A maioria dos nacionalistas africanos acreditava na construção de um estado-nação e de uma ideologia nacionalista. Apesar de suas vontades e de suas ilusões, a resposta que tivemos até hoje, infelizmente, tem sido, em grande parte, autoritária e militar.

Considerações

Nesta direção, sustentamos que a transformação política, a dimensão econômica, a sociedade civil e as forças armadas se constituem um quadro dos problemas de transição na África, principalmente em Guiné-Bissau, que se desvirtua nos descaminhos ideológicos para justificar ou massacrar a própria ambição do poder. A liberalização econômica e política são sustentadas a partir do exterior e por processos apoiados com expressivos meios financeiros, admitindo-se que na África, muitas vezes, não é possível financiar, com os seus próprios meios, as eleições.

A transformação democrática aparece como um conceito abstrato e longe da realidade local, oferecendo pouca possibilidade para entender que uma visceral transformação está acontecendo presentemente no continente africano. Então, a transformação da democracia africana, nesse caso, só virá a ocorrer quando as pessoas comuns rejeitarem a lógica da política personalista, questionarem a legitimidade da presente instrumentalização da política de desordem (fracasso) e lutarem por novas formas de exigir respostas políticas que acarretem mudanças substanciais.

A nossa preocupação principal neste tópico foi entender os caminhos da democracia na África, principalmente na Guiné-Bissau, e o seu processo eleitoral, além de mostrar que houve, sim, abertura política, mas que essa abertura não tem nada a ver

com a preocupação dos seus atores em preparar uma agenda que fosse precedida de amplo debate público com a comunidade como um todo, como, por exemplo, sobre as instituições políticas, administrativas e judiciais, permitindo, assim, quiçá, a elaboração de novas regras do jogo político e democrático e institucionalizar um novo ordenamento jurídico que permitiria, em longo prazo, a sustentação e consolidação das regras democráticas. Pois, para Linz e Stepan (1999, p. 39):

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito, quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem de fato, autoridade de gerar novas políticas, e quando o poder executivo, legislativo, e judiciário criado pela nova democracia, não têm de dividir o poder com outros órgãos.

Com essa definição operacional de Stepan podemos colocar em princípio que os países africanos ainda estão longe de completar a sua consolidação da democracia neste modelo; talvez Cabo Verde seja um exemplo que caminhe neste sentido, mas a instabilidade constante tem caracterizado alguns países africanos. O novo momento político induz a pensar que a democracia limita-se às eleições e que as demais regras são irrelevantes, tais como liberdade de expressão, de imprensa e outros.

A grande questão para os africanos, ainda hoje, parece ser como equacionar uma democracia estável sem grandes rupturas em nível local e confronto com os grupos vindos da luta de libertação nacional, ao mesmo tempo em que essas pessoas fazem parte do corpo da elite das forças armadas dos seus países, da política doméstica e da consolidação da unidade nacional. Ou seja, como equacionar os diferentes valores estruturais e organizacionais das comunidades étnicas firmando-as como suas identidades nacionais? A democracia é de extrema importância no continente africano, de forma que o seu povo precisa viver numa sociedade livre. Porém, salienta-se que não existe um modelo único para a democracia. Citando Jaurá (2004, p. 22):

[...] cada povo molda o sistema democrático, a sua cultura política, a realidade do seu país. Importar e reimplantar o modelo político ou constitucional sem ajustá-lo à cultura política da sociedade em causa, é criar simplesmente uma democracia imaginária, uma ficção política de pouca consistência e praticidade.

O grande desafio dos dirigentes africanos, segundo Jauará (2004), é organizar a estrutura administrativa no sentido de poder equacioná-las juntamente com as regras do jogo político.

Para que a democracia não defina e possa crescer no continente africano, entendemos que a África precisa ainda trabalhar incansavelmente em conjunto com todos os atores para que as suas instituições democráticas, das legislaturas às autoridades locais, sejam transparentes, prestem conta dos seus atos e desenvolvam aptidões e capacidades necessárias para desempenhar suas funções fundamentais. Para Santos, Daniel (2001), isso significa que será preciso assegurar que o poder, em todos os níveis de governo, seja estruturado e distribuído de tal forma que dê voz à participação real aos excluídos. Além disso, elas devem proporcionar mecanismos pelos quais as elites poderosas fiquem obrigadas a prestar contas de suas ações. Mas também, por outro lado, neste caso, não tem muito sentido referir-se à consolidação de uma ordem democrática na África quando, na verdade, nem sequer encontrou-se, ainda, a sua configuração definitiva. Portanto, certamente, haverá ciclos posteriores ainda. Por isso, entendemos que as instituições públicas tenham que desempenhar um papel efetivo dentro do processo em curso (SANTOS, D., 2001, p. 102).

As democracias, nesses casos, exigem governos legítimos, mas também oposições legítimas, principalmente em alguns dos países da África que ainda tentam dar alguns passos, por mais tímidos que sejam rumo a uma democracia efetiva e participativa. Em outras palavras, não se trata da democracia como ela é praticada por uns países em particular, mas antes de um conjunto de princípios e de valores nucleares que possibilitem aos pobres conquistar algum poder através da participação, ao mesmo tempo em que lhes sejam dados proteção contra inúmeros atos de arbitrariedade, que sofrem em suas vidas por parte do governo.

Além disso, é preciso demonstrar aos cidadãos que os governos democráticos podem cuidar dos problemas que verdadeiramente preocupam os povos, que são capazes de responder a essas indagações e que estão sujeitos ao afetivo controle da cidadania e dos problemas sociais quando não o fazem. Por outro lado, “na prática, o desafio para o continente implica ainda, também, construção de instituições fortes e jurídicas que sejam capazes de proteger os direitos humanos e gerar o espaço para um debate político vigoroso e pacífico para garantir um poder descentralizado”. A partir

daí, essas populações vão poder garantir escolas com professores bem capacitados e hospitais com equipamentos e medicamentos apropriados. “O desafio implica ainda que todos esses atores tenham plena participação na consolidação da democracia e que estejam na vanguarda da luta contra corrupção e má administração de governo e empresas públicas” (SANTOS, D., 2001, p. 99).

Porém, alguns países da África alcançaram relativa estabilidade política, como é o caso da África do Sul, que possui sozinha, 1/5 do Produto Interno Bruto (PIB) de toda África. O principal bloco econômico é o da Comunidade para Desenvolvimento para África Austral (SADC) - formado por 14 países. O atraso econômico e a ausência de uma sociedade de consumo em larga escala colocam o mercado africano em segundo plano no mundo globalizado. O PIB total da África é de apenas 1% do PIB mundial e o continente participa de apenas 2% das transações comerciais que acontecem no mundo. (SANTOS, D., 2001, p. 99).

As ilhas de Seychelles, Réunion, Maurícia, e Cabo-Verde permaneceram mais ricas do que as nações continentais. Os estados mais pobres são aqueles que estão totalmente em guerra ou onde existem graves conflitos e possibilidades de guerras civis. Estes incluem Congo, Serra Leoa, Burundi e Somália. (SANTOS, D., 2001, p. 99).

Por outro lado, “nota-se que o reconhecimento de que o estado tem um papel central no desempenho do crescimento, no desenvolvimento e na implantação de programas de redução de pobreza, anotados pelos chefes de estados, é ainda um sonho” (SARAIVA, 2008, s./p.). Mas a dimensão utópica das novas vantagens expressadas pelos africanos move-lhes a vida para se tornarem novos atores políticos, dimensão da qual a África não mais poderá afastar-se.

REFERENCIAS

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. [1995?]. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm>. Acesso em: 21/02/ 2013. Não paginado.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: UnB, 2004.

BORGES, Jorge Luis. Obras Completas. São Paulo: Globo, 1995.

CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 1, p. 5-21, January. 2002. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?uri=/journals/journal_of_democracy/v013/13.1carothers.html>. Acesso em: 2/02/2014

CORDEIRO, Roberto Sousa. Guiné-Bissau (1973-2005): uma análise sobre a relação civilmilitar no processo de transição política. 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/GUINEBISSAUUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>>. Acesso em: 10/02/2014.

DAHL, Robert. A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.

DAHL, Robert. A. Poliorquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. A terceira onda: a democratização no final no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

Quinto Congresso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

HURRELL, Andrew. O apoio externo à democratização e a ordem internacional. In: SOLA, Lourdes (Org.) Estado, mercado e democracia. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1993.

JAUARÁ, Manuel. Dilemas da transição política na África Lusófona: de uni para pluripartidarismo. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Anais... Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/programa/sessao2.html>>. Acesso em: 12/10/2013.

BARRETO, Leonardo. Quanto de que? Debate teórico e os estudos de democratização. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade Estadual de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/30/TDE-2007-03-09T124725Z-728/Publico/DISSERT_.pdf>. Acesso em: 20/02/2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Dados [online], v. 45, n. 3, 2002. Disponível em: >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S001152582002000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15/07/2014.

MUNANGA, Kabengele. O Subdesenvolvimento e as Desigualdades no Continente africano. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO PROGRAMA DE ESTUDANTE DE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO, 1. João Pessoa, 2006. Anais... João Pessoa: UFPB, 2006.

O'DONNELL, Guilherme. Ilusions about consolidation. In: DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Ed.). The global divergency of democracy. Baltimore (Londre): The Johns Hopkings Universite Press, 1999.

O'DONNELL, Guilherme. Notas sobre la democracia em America Latina. Buenos Aires: Alfaguara, 2004.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (Org.). Transições do regime autoritário: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988.

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

SANTOS, Daniel dos. Economia democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. Revista de estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, a. 23, n. 1, p. 99-133, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 03/02/2014. Não paginado.

Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SILVA, André Luiz Reis da. África contemporânea: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005). Monografia, Porto Alegre, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www4.fapa.com.br/monographia/artigos/1edicao/artigo1.pdf>>. Acesso em: 08/06/2014.

STEPAN, Alfred. Os Militares na política. Rio de Janeiro: Artenova. 1975.